

***CGD Investimentos
Corretora de Valores e
Câmbio S.A.***

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

31 de dezembro de 2015

Apresentamos as demonstrações financeiras da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A., acompanhadas das Notas Explicativas, elaboradas na forma das normas e instruções do Banco Central do Brasil, e com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em atenção ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a CGD investimentos declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.

O componente organizacional de Ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas pela Resolução CMN 3.849/10.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
CGD Investimentos Corretora de Títulos e Valores e Câmbio S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Corretora, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

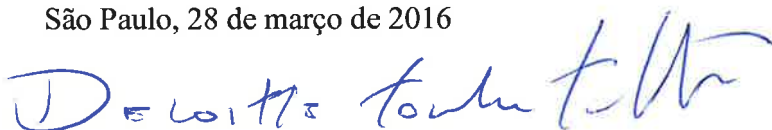
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

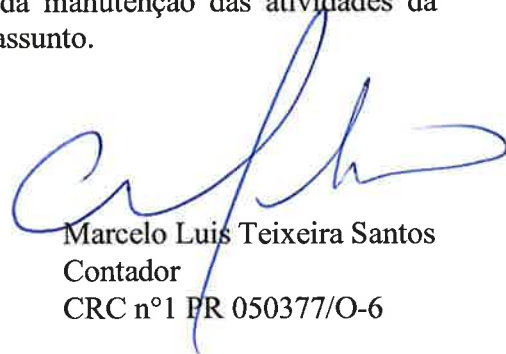
Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 31 de dezembro de 2015, a Corretora apresentava endividamento de curto prazo superior as suas disponibilidades. O controlador e a administração da companhia estão provendo as medidas necessárias para proceder com capitalização para fins de renegociação de dívidas e garantia da manutenção das atividades da Corretora. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

São Paulo, 28 de março de 2016



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC nº1 PR 050377/O-6

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2015	2014	PASSIVO	Nota	2015	2014
Circulante		10.816	83.559	Circulante		27.580	87.350
Disponibilidades	4	342	479	Obrigações por empréstimos		23.626	53.657
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.892	28.960	Empréstimos no Exterior	15	23.626	53.657
Aplicações no mercado aberto		-	3.201				
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.892	25.759	Outras obrigações		3.954	28.301
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		5.305	30.151	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		-	2
Carteira própria		-	5.962	Fiscais e previdenciárias	16	1.327	1.352
Vinculados a prestação de garantias	6	4.798	13.513	Negociação e intermediação de valores	17	1.817	20.308
Instrumentos financeiros derivativos	7a	507	10.676	Diversas	18	810	6.639
Operações de crédito		-	5	Instrumentos financeiros derivativos		-	5.392
Financiamentos de conta margem		-	6	Instrumentos financeiros derivativos		-	5.392
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(1)				
Outros créditos		1.168	22.872	Exigível a longo prazo		19.450	18.929
Rendas a receber		-	207	Outras obrigações		19.450	18.929
Negociação e intermediação de valores	10	388	17.356	Fiscais e previdenciárias	16	18.530	18.013
Diversos	11	780	5.309	Diversas	18	920	916
Outros valores e bens		109	1.092				
Despesas antecipadas	12	109	1.092	Patrimônio líquido	21	2.655	14.364
Realizável a longo prazo		36.017	31.662	Capital social:		104.338	104.338
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		8.722	6.438	De domiciliados no País		52.169	52.169
Carteira própria	6	8.722	6.438	De domiciliados no Exterior		52.169	52.169
Outros créditos		27.295	25.224	Prejuízos acumulados		(101.683)	(89.974)
Diversos	11	27.295	25.224				
Permanente		2.852	5.422	Total do Passivo		49.685	120.643
Investimentos		1	1				
Outros investimentos		1	1				
Imobilizado de uso	13	33	1.386				
Outras imobilizações de uso		4.377	4.938				
(-) Depreciação acumulada		(4.344)	(3.552)				
Diferido		-	-				
Gastos de organização e expansão		-	1.155				
(-) Amortização acumulada		-	(1.155)				
Intangível	14	2.818	4.035				
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais		8.788	8.788				
(-) Amortização acumulada		(5.970)	(4.753)				
Total do Ativo		49.685	120.643				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	2015		2014
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		16.339	26.652	18.061
Rendas de operações de crédito		-	2	867
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	24	3.617	5.981	12.025
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	12.722	20.669	5.169
Despesas da intermediação financeira		(12.473)	(22.477)	(8.514)
Resultado de Operações de Câmbio	15	(12.473)	(22.477)	(8.501)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(13)
Resultado bruto da intermediação financeira		3.866	4.175	9.547
Outras receitas (despesas) operacionais		(6.178)	(14.935)	(32.225)
Receitas de prestação de serviços	25	45	558	28.232
Despesas de pessoal		(1.773)	(6.518)	(18.740)
Outras despesas administrativas	26	(3.224)	(9.693)	(27.230)
Despesas tributárias	27	(301)	(394)	(2.828)
Outras receitas operacionais	28	2.369	6.759	2.791
Outras despesas operacionais	29	(3.294)	(5.647)	(14.450)
Resultado operacional		(2.312)	(10.760)	(22.678)
Resultado não operacional	30	(924)	(949)	(1.647)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(3.236)	(11.709)	(24.325)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-
Ativo fiscal diferido		-	-	-
Prejuízos do semestre / exercícios		(3.236)	(11.709)	(24.325)
Quantidade de ações do capital social - lote de mil		27.977	27.977	27.977
Prejuízo por lote de mil ações - em R\$		(0,12)	(0,42)	(0,87)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	104.338	(65.649)	38.689
Prejuízo do exercício	-	(24.325)	(24.325)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	104.338	(89.974)	14.364
Saldos em 31 de dezembro de 2014	104.338	(89.974)	14.364
Prejuízo do exercício	-	(11.709)	(11.709)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	104.338	(101.683)	2.655
Saldos em 30 de junho de 2015	104.338	(98.447)	5.891
Prejuízo do semestre	-	(3.236)	(3.236)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	104.338	(101.683)	2.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2015		2014
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre/exercícios	(3.236)	(11.709)	(24.325)
Ajustes do prejuízo:			
Depreciação e amortização	26 819	1.737	1.517
Provisão para impairment do ativo	115	116	865
Provisão/(Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	8 -	-	13
Provisões para riscos	19 1.482	1.799	1.165
(Reversões) Provisões para outras despesas operacionais (Contratos onerosos / Retenção)	(323)	(323)	2.874
Despesa de juros e de variação cambial sobre empréstimos no exterior	15 12.472	22.477	8.657
Baixa de ativo permanente	1.083	1.327	1.458
Total dos ajustes	15.648	27.133	16.549
Lucro (Prejuízo) ajustado	12.412	15.424	(7.776)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	746	17.318	41.224
Redução em operações de crédito	1	5	3.365
Redução em outros créditos	2.726	19.041	5.869
Redução em outros valores e bens	38	983	1.552
Redução em outras obrigações	(1.032)	(25.451)	(113.879)
Caixa líquido usado (aplicado) nas atividades operacionais	14.891	27.320	(69.645)
(Aquisição) Baixa de ativo imobilizado	-	-	(190)
(Aplicações) Baixa no intangível	(17)	(17)	(1.973)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(17)	(17)	(2.163)
Juros pagos por empréstimos	(19.645)	(52.508)	45.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(19.645)	(52.508)	45.000
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(4.771)	(25.205)	(26.808)
No início dos semestre/exercícios	9.005	29.439	56.247
No fim dos semestre/exercícios	4 4.234	4.234	29.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014.

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Corretora faz parte do Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) e sua atividade iniciou em 01 de setembro de 2005.

Em 07 de maio de 2014, foi aprovado pelos conselheiros da Companhia o acordo operacional entre a “CGD” Investimentos e a “Rico” Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O objetivo é a integração do DirectaInvest e da Rico.com.vc, plataforma de investimentos da Rico Corretora. Essa operação insere-se no processo de aquisição de uma participação de 51% pela CGD no capital social da FLAFLU Participações S.A. Como parte do processo de aquisição, a Corretora adquiriu debêntures conversíveis em ações e com participação no lucro, emitidas pela holding controladora da Rico Corretora, no valor de R\$ 6.438. O referido processo de aquisição se encontra em fase de aprovação no Banco Central do Brasil.

Em 25 de novembro de 2014, foi aprovado pelos conselheiros da Companhia a nova estratégia de encerramento do negócio de corretagem institucional da Companhia. Ficou autorizada ainda a rescisão de contratos celebrados entre a Companhia e a BM&FBOVESPA.

No ano de 2015, a atividade institucional foi definitivamente encerrada e, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral – Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, a Corretora possuía um empréstimo de curto prazo, com empresa sediada no exterior pertencente ao Grupo CGD, superior a sua disponibilidade no montante R\$ 23.626, com vencimento em 30 de setembro de 2016. A administração está fazendo todos os esforços para manter o patrimônio líquido da Corretora enquadrado, conforme as regras vigentes expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, e pela manutenção da liquidez da Corretora.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e são elaboradas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, a Corretora, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;

- b) **CPC 03 (R2)** - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- c) **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- d) **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- e) **CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- f) **CPC 24** - Evento subsequente- homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- g) **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- i) **CPC 33** – Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a adoção dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2016.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis:

a) **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados.

b) **Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez e demais operações ativas e passivas**

As operações com cláusula de atualização monetária ou cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente e calculadas “pró-rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular n.º 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários da Corretora são classificados nas categorias “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento”.

Os títulos classificados na categoria de “títulos para negociação” são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre/exercício, sendo classificados no Ativo Circulante, independente do seu vencimento.

As debêntures classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são aquelas para as quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

As debêntures são atualizadas com base no lucro auferido pela empresa desde a data do investimento nas debêntures até a data de vencimento, na proporção de 51% para os debenturistas e 49% para os acionistas da empresa.

e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular n.º 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular n.º 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de “swaps” são contabilizados em conta de ativo e/ou passivo, respectivamente, apropriado como receita e/ou despesa “pro rata” dia até a data das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre/exercício.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela BM&FBOVESPA. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

f) Negociação e intermediação de valores

Demonstradas pelo valor de operações de compra e venda de ações e ativos financeiros realizadas nas bolsas de valores e de futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, compostas por operações de conta margem, são registradas pelo valor pactuado e atualizadas “pró-rata” dia, pela taxa de juros pactuada.

Tais operações são classificadas quanto ao nível de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), de acordo com o julgamento da Administração, e consideram, principalmente, as garantias envolvidas nessas operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante suficiente para cobrir prováveis perdas.

As operações de crédito classificadas no nível de risco H, após decorrido prazo de 180 dias desta classificação, são baixadas para prejuízo.

h) Outros valores e bens

São compostos por valores pagos antecipadamente, conforme previsão contratual e sua amortização é apropriada pelo seu prazo de vigência. A amortização destes contratos ocorre até 12 meses.

i) Investimentos

Os investimentos estão registrados ao custo, deduzidos de provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado e intangível

Demonstrados ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas depreciações ou amortizações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em conta a vida útil estimada dos bens, ou seja, 10% a.a. para móveis, equipamentos de uso e de comunicação e 20% a.a. para sistemas de transportes e de processamento de dados.

O intangível é composto por licenças de uso de software e desenvolvimento de plataformas tecnológicas.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso;
- **Provisões para riscos** - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas;

- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota;
- **Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente; e
- **Contrato Oneroso** - é um contrato no qual, apesar de ainda não concluído, ou até mesmo iniciado, já apresenta prejuízo decorrente da existência de custos inevitáveis que excedem os benefícios econômicos esperados do contrato.

l) Redução ao valor de recuperação

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade de as entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável das despesas antecipadas e dos ativos imobilizado, diferido e intangível.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros “*impairment*” é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo, anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

m) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes dos impostos até 31 de agosto de 2015. A partir do mês de setembro de 2015, conforme lei nº 13169/15, a alíquota da contribuição social passou para 20% do lucro antes dos impostos para o período base compreendido entre 1º de setembro a 31 de dezembro de 2018.

n) Uso de estimativas

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valores de mercado de títulos e valores mobiliários, a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a provisão para riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Disponibilidades	342	479
Aplicações em operações compromissadas	-	3.201
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.892	25.759
Total	<u>4.234</u>	<u>29.439</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2015		2014	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>
Aplicações em operações compromissadas	-	-	3.201	3.201
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.892	3.892	25.759	25.759
Total	<u>3.892</u>	<u>3.892</u>	<u>28.960</u>	<u>28.960</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a) Títulos e valores mobiliários**

	2015		2014	
	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.799	4.798	19.494	19.475
Total de títulos para negociação	<u>4.799</u>	<u>4.798</u>	<u>19.494</u>	<u>19.475</u>
	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de custo atualizado</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de custo atualizado</u>
Títulos mantidos até o vencimento:				
Debêntures	6.438	8.722	6.438	6.438
Total de títulos mantidos até o vencimento	<u>6.438</u>	<u>8.722</u>	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>11.237</u>	<u>13.520</u>	<u>25.932</u>	<u>25.913</u>

b) Composição por prazo de vencimento

	2015		2014	
	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>
Títulos para negociação				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
Até 3 meses	-	-	1.223	1.222
De 3 a 12 meses	-	-	575	575
De 1 a 3 anos	-	-	6.207	6.204
De 3 a 5 anos	4.799	4.798	11.031	11.016
Acima de 5 anos	-	-	458	458
sem vencimento	-	-	-	-
Total de títulos para negociação	<u>4.799</u>	<u>4.798</u>	<u>19.494</u>	<u>19.475</u>
	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de custo atualizado</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de custo atualizado</u>
Títulos mantidos até o vencimento:				
Debêntures				
Acima de 5 anos	6.438	8.722	6.438	6.438
Total de Títulos mantidos até o vencimento	<u>6.438</u>	<u>8.722</u>	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>
Circulante	4.799	4.798	19.494	19.475
Realizável a longo prazo	6.438	8.722	6.438	6.438
Total de títulos e valores mobiliários	<u>11.237</u>	<u>13.520</u>	<u>25.932</u>	<u>25.913</u>

Os títulos e valores mobiliários encontram-se custodiados, conforme o caso, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado através dos preços de referência de mercado, tais como Anbima e BM&FBOVESPA.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

- i. **Política de utilização:** A Corretora utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às necessidades de gerenciamento de riscos de mercado.
- ii. **Gerenciamento:** O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por taxas de juros locais, índice de inflação e Dólar.
- iii. **Crítérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado:** Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, a Corretora utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela BM&FBOVESPA. Os instrumentos financeiros derivativos são segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento e os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

a) Valores de diferencial a receber e a pagar:

	2015	2014
	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de mercado</u>
Swap - diferencial a receber	507	10.676
Swap - diferencial a pagar	-	(5.392)
Total Swap	<u>507</u>	<u>5.284</u>

b) Composição do valor de referência por vencimento:

	2015		2014	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
Swap - posição ativa	22.388	22.388	94.878	94.878
Swap - posição passiva	-	-	49.840	49.840
Total	<u>22.388</u>	<u>22.388</u>	<u>144.718</u>	<u>144.718</u>

c) **Composição por indexador:**

	2015		2014		
	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor de referência</u>
Operações de <i>Swap</i>					
Posição ativa	507	22.388	10.676	-	94.878
IPCA x DI	-	-	5.441	-	49.840
DOL x DI	507	22.388	5.235	-	45.038
Posição passiva	-	-	-	5.392	49.840
DI x IPCA	-	-	-	5.392	49.840
Total	507	22.388	10.676	5.392	144.718

d) **Valor de referência por local de negociação:**

	2015	2014
	<u>Bolsa BM&Fbovespa</u>	<u>Bolsa BM&Fbovespa</u>
Operações de <i>swap</i>	22.388	144.718
Total	22.388	144.718

e) **Resultado com instrumentos financeiros derivativos:**

A seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) com swaps e futuros que impactaram o resultado:

	2015			2014		
	<u>Ganho</u>	<u>Perda</u>	<u>Líquido</u>	<u>Ganho</u>	<u>Perda</u>	<u>Líquido</u>
<i>Swap</i>	34.070	13.401	20.669	10.676	5.392	5.284
Futuros	-	-	-	-	115	(115)
Total	34.070	13.401	20.669	10.676	5.507	5.169

8. **OPERAÇÕES DE CRÉDITO**a) **Composição da carteira por modalidade e por vencimento:**

	<u>2014</u>
Financiamento de títulos e valores mobiliários	<u>6</u>
Total da carteira de crédito	<u>6</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1)
Total da provisão	<u>(1)</u>
Circulante	5
Realizável a longo prazo	-

Em 2015, as operações de financiamento de conta margem foram liquidadas.

b) Composição da carteira por setor de atividade:

	<u>2014</u>
Setor Privado:	
Pessoa Física	<u>6</u>
Total	<u><u>6</u></u>

c) Composição da carteira por nível de risco:

Nível	Faixa de provisão - %	2014	
		Curso normal	Provisão
AA	-	5	-
H	100,00%	<u>1</u>	<u>(1)</u>
Total		<u><u>6</u></u>	<u><u>(1)</u></u>

d) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	<u>2014</u>
Saldo no início do exercício	(1)
provisão constituída	(13)
Baixas para prejuízo	<u>13</u>
Saldo ao final do exercício	<u><u>(1)</u></u>

9. OUTROS CRÉDITOS - RENDAS A RECEBER

	<u>2014</u>
Serviços prestados a receber	61
Outras rendas a receber	<u>146</u>
Total	<u><u>207</u></u>

10. OUTROS CRÉDITOS - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa de registro e liquidação	-	10.158
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	388	5.681
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	<u>-</u>	<u>1.517</u>
Total	<u><u>388</u></u>	<u><u>17.356</u></u>

11. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Impostos e contribuições a compensar	1.802	1.822
Créditos renegociados de conta margem	-	201
Devedores por depósitos em garantia (a)	25.493	23.402
Valores a receber de Sociedades Ligadas (nota 22)	-	3.778
Escrow account (b)	545	614
Outros	<u>235</u>	<u>716</u>
Total	<u>28.075</u>	<u>30.533</u>
Circulante	780	5.309
Realizável a longo prazo	27.295	25.224

(a) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais relacionados à discussão no tocante ao PIS/COFINS, lei 9.718/98 (nota 19a).

(b) Referem-se a reembolsos relacionados a processos trabalhistas e cíveis classificados como probabilidade de perda provável e que estão cobertos por uma conta Escrow junto ao Deutsche Bank.

12. OUTROS VALORES E BENS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prêmios de seguro	73	42
Assinaturas e periódicos	-	2
Comissões de carta de fiança	-	157
Contrato de Retention (a)	-	148
Contratos de prestação de serviços	-	733
Manutenção de sistemas	34	-
Outras	<u>2</u>	<u>10</u>
Total	<u>109</u>	<u>1.092</u>
Circulante	109	1.092
Exigível a longo prazo	-	-

(a) Em 2014, referem-se, principalmente, a pagamento de prêmios por exclusividade a parceiros que seriam diferidos em média de 2 a 5 anos, revertidos em 2014 em decorrência da nova estratégia de redução gradativa dos negócios da Companhia.

13. IMOBILIZADO

	<u>Taxa anual depreciação</u>	<u>2015</u>				<u>2014</u>
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Impairment</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Instalações, móveis e equipamento de uso	10%	1.756	(1.756)	-	-	753
Comunicação	10%	186	(184)	(2)	-	100
Processamento de dados	20%	2.330	(2.293)	(37)	-	315
Veículos	20%	<u>105</u>	<u>(72)</u>	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>218</u>
Total		<u>4.377</u>	<u>(4.305)</u>	<u>(39)</u>	<u>33</u>	<u>1.386</u>

Em 31 de dezembro de 2014, foram constituídas provisões para desvalorização de bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 527. Os demais ativos não estão sensíveis a qualquer indicativo de impairment. Em 31 de dezembro 2015, parte da provisão foi revertida (R\$ 494) pela baixa dos bens as quais as provisões estavam alocadas.

14. INTANGÍVEL

	<u>Taxa anual amortização</u>	<u>2015</u>				<u>2014</u>
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Impairment</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Softwares	20%	8.788	(5.615)	(355)	2.818	4.035

Em 31 de dezembro de 2015, foi constituída provisão para desvalorização de ativos intangíveis no montante de R\$ 17 (R\$ 338 em 2014). Os demais intangíveis estão relacionados ao contrato de investimento que prevê a transferência para Rico CTVM na forma de aumento de capital social.

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

É representada por recursos captados de banco no exterior no valor principal de R\$ 22.388 (R\$ 45.000 em 2014) incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros anual (LIBOR) + 1,9125% (LIBOR + 1,75% em 2014) ao ano, com vencimento em 03/03/2016, e apresenta saldo de R\$ 23.626 (R\$ 53.657). Auferindo a despesa de R\$ 22.477 no exercício (R\$ 8.501 em 2014).

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar (a)	1.060	1.930
Impostos e contribuições a recolher	267	387
Provisão para riscos fiscais (vide nota 19.a)	<u>18.530</u>	<u>17.048</u>
Total	<u>19.857</u>	<u>19.365</u>
Circulante	1.327	1.352
Exigível a longo prazo	18.530	18.013

- (a) Refere-se à obrigação legal de auto de infração sobre imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do ano base de 2008, da qual, através de acordo, a Corretora vem efetuando o pagamento de forma parcelada. A opção pelo parcelamento dos impostos e contribuições sobre lucros a pagar foi efetivada em janeiro de 2012, com o valor total de R\$ 3.840, dividido em 60 parcelas de R\$ 64, atualizadas mensalmente pela taxa de juros Selic.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa de registro e liquidação	-	135
Credores - Conta Liquidações Pendentes	<u>1.817</u>	<u>20.173</u>
Total	<u>1.817</u>	<u>20.308</u>

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (a)	921	915
Provisão para despesas de pessoal	220	1.275
Fornecedores a pagar (b)	214	3.902
Outras	<u>375</u>	<u>1.463</u>
Total	<u>1.730</u>	<u>7.555</u>
Circulante	810	6.639
Exigível a longo prazo	920	916

- (a) Refere-se, principalmente, a ações trabalhistas de ex-funcionários da Corretora que estão sendo discutidos na esfera judicial e que o assessor jurídico julga como “provável” a perda (nota 19).
- (b) Refere-se, principalmente, a provisões relacionadas a contratos onerosos e retenções.

19. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS**a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:**

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Provisões fiscais (a):				
PIS	2.591	3.440	2.383	3.120
COFINS	<u>15.939</u>	<u>21.169</u>	<u>14.665</u>	<u>19.196</u>
Provisões para riscos fiscais:	<u>18.530</u>	<u>24.609</u>	<u>17.048</u>	<u>22.316</u>
Provisões para riscos cíveis:	<u>24</u>	<u>73</u>	<u>24</u>	<u>19</u>
Provisões para riscos trabalhistas:	<u>897</u>	<u>811</u>	<u>891</u>	<u>1.067</u>
Total	<u>19.451</u>	<u>25.493</u>	<u>17.963</u>	<u>23.402</u>

- a) Refere-se à discussão no tocante ao PIS/COFINS, lei 9.718/98, onde questiona a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo. Na análise de nossos assessores jurídicos, julga como “possível” às chances de êxito.

b) Movimentação das provisões para riscos:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2013	15.861	846	92	16.799
Constituição	1.187	609	-	1.796
Baixas	-	(564)	(68)	(632)
Saldo em 31/12/2014	<u>17.048</u>	<u>891</u>	<u>24</u>	<u>17.963</u>
	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2014	17.048	891	24	17.963
Constituição	1.482	317	-	1.799
Baixas	-	(311)	-	(311)
Saldo em 31/12/2015	<u>18.530</u>	<u>897</u>	<u>24</u>	<u>19.451</u>

No tocante aos processos que os assessores jurídicos da Corretora julgam como “possível” existe “procedimento administrativo” sobre “auto de infração” na cobrança de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas que montam R\$ 35.239 (R\$ 30.849 em 2014). Em caso de perda, tais processos estão garantidos pelos antigos Controladores.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Nos exercícios foram apurados prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, conforme demonstrados abaixo:

	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(11.709)	(11.709)	(24.325)	(24.325)
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	2.927	2.342	6.081	3.649
Despesas indedutíveis / receitas não tributáveis	328	262	(1.085)	(1.808)
Total	3.255	2.604	4.996	1.841
Crédito tributário não constituído	(3.255)	(2.604)	(4.996)	(1.841)
Ativo Fiscal Diferido	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2015, a CGD Investimentos possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social e também por provisões temporariamente indedutíveis não contabilizados no montante de R\$ 66.442 (R\$ 53.852 em 2014), sendo que R\$ 36.912 (R\$ 33.658 em 2014) de Imposto de Renda e R\$ 29.530 (R\$ 20.194 em 2014) de Contribuição Social. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3.059/02.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado, está representado por 27.977.048 ações, sem valor nominal sendo 13.988.524 ordinárias e 13.988.524 ações preferenciais dividido em partes iguais para o Caixa - Banco de Investimento S.A e Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

b) Destinações do lucro líquido

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária.

c) Reserva de Lucros

A reserva de lucros é constituída em cumprimento das exigências estabelecidas na legislação e conforme previsto na Resolução CMN 3.605/08.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Corretora realiza operações com partes relacionadas e suas informações são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, considerando-se ausência de risco, conforme abaixo:

	Grau de relação	2015		2014	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	184	-	184	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	3.892	1.679	25.011	6.907
Outros créditos					
Caixa Banco de Investimento	Controladora	-	-	3.778	4.325
Instrumentos financeiros derivativos					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	-	-	(5.392)	(4.017)
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	-	-	(5.235)	5.235
Obrigações por empréstimos					
Banco Nacional Ultramarino, S.A.	Outras partes relacionadas	(23.626)	(22.477)	(53.657)	(8.501)

O pessoal-chave da Administração, composto por seu corpo diretivo, obteve remuneração no exercício no montante de R\$ 674 (R\$ 1.170 em 2014) caracterizada como benefício de curto prazo. A Corretora não possui outros benefícios.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS - ACORDO DA BASILÉIA

A Corretora adotou estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes das operações intermediadas. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrazil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

Conforme previsto na Resolução CMN nº 3.490/07, a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE para integrantes de conglomerado financeiro deve ser calculado de forma consolidada. Desta forma, a apuração do índice da Basileia da CGD Investimentos Corretora de Valores e Cambio S.A apresentado pelo Conglomerado da CGD em 31 de dezembro de 2015 é de 17% (19% em 2014).

24. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2015	2014
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.679	7.682
Resultado com títulos de renda fixa	4.284	4.360
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	18	(17)
Total	5.981	12.025

25. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2015	2014
Corretagem de operações em Bolsas	115	20.909
Comissão de colocação de títulos	60	488
Rendas de administração de fundos e clubes de investimentos	110	723
Rendas de serviços prestados a ligadas	-	4.325
Outras	<u>273</u>	<u>1.787</u>
Total	<u>558</u>	<u>28.232</u>

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Comunicação	(2.050)	(8.857)
Processamento de dados	(1.462)	(4.771)
Serviços do sistema financeiro	(618)	(1.800)
Manutenção e conservação de bens	(253)	(3.335)
Serviços técnicos especializados	(480)	(1.350)
Aluguel, água, energia e gás	(1.511)	(1.607)
Serviço de terceiros	(603)	(747)
Depreciação e amortização	(1.737)	(1.517)
Publicações	(85)	(865)
Viagens	(126)	(116)
Transportes	(50)	(158)
Seguros	(130)	(106)
Propaganda, publicidade e relações públicas	(77)	(356)
Outras	<u>(511)</u>	<u>(1.645)</u>
Total	<u>(9.693)</u>	<u>(27.230)</u>

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2015	2014
COFINS	(255)	(1.338)
ISS	(25)	(1.157)
PIS	(42)	(218)
Tributos municipais	(44)	(96)
Outras	<u>(28)</u>	<u>(19)</u>
Total	<u>(394)</u>	<u>(2.828)</u>

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Recuperação de encargos e despesas	22	-
Atualização de impostos	2.293	1.777
Reversão de provisões operacionais	4.319	1.000
Outros	<u>125</u>	<u>14</u>
Total	<u>6.759</u>	<u>2.791</u>

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Repasses de corretagem	-	(12.557)
Comissões sobre carta de fiança	-	(558)
Liquidação de operações em bolsa	-	(121)
Atualização de impostos	(1.626)	(1.144)
Despesas indedutíveis	(3.677)	-
Outras despesas	<u>(344)</u>	<u>(70)</u>
Total	<u>(5.647)</u>	<u>(14.450)</u>

30. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2015	2014
Outras despesas não operacionais	<u>(949)</u>	<u>(1.647)</u>
Total	<u>(949)</u>	<u>(1.647)</u>